SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO SJDF-SECAD

1. Trata-se da contratação do "**Curso Prático de Legislação de Pessoal, Previdências e Pensões no serviço público. Atualizado pela EC 103/2019 e a NOVA Portaria MTP 1.467/2022** ", oferecido pela empresa Priori Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda, CNPJ: 21.000.322/0001-00, no período de 22 a 24 de abril de 2024, na modalidade *on line* e ao vivo.

2 . Com base nas informações prestadas pelo NucGP/Seder, 20204248, e pela Seaju, 20224078, e considerando a disponibilidade orçamentária para realização da despesa, 20204248, e ainda, a competência delegada pela Portaria Diref 515/2022 (versão consolidada 17716863):

I) **APROVO** o Estudo Técnico Preliminar 20201147, e o Termo de Referência NucGP/Seder 20201266;

II. **AUTORIZO** a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, do "**Curso Prático de Legislação de Pessoal, Previdências e Pensões no serviço público. Atualizado pela EC 103/2019 e a NOVA Portaria MTP 1.467/2022** ", com base no artigo 74, inciso III, Letra "f", da Lei nº 14.133/2021, considerando a inviabilidade de competição;

III. **AUTORIZO** a emissão de empenho no valor de **R$ 7.388,00** (sete mil trezentos e oitenta e oito reais) em favor da empresa **Priori Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda**, CNPJ: 21.000.322/0001-00, referente à contratação do curso supramencionado.

Publique-se.

Ao Nucaf,

Para emissão de empenho.

Ao NucGP,

Para as providências necessárias, inclusive quanto ao monitoramento dos riscos (12527199), nos termos do §5º do art. 6º e inc. V do art. 9º da Resolução Presi/TRF1 nº 34/2017.

Ao Nulic,

Para divulgação do resultado do procedimento no painel Transparência/Licitações do Portal da Seção Judiciária do DF, em consonância com a Portaria n. 57, de 7/03/2023, e outras eventuais providências.

ERICO DE SOUZA SANTOS
Diretor da Secretaria Administrativa

Documento assinado eletronicamente por **Erico de Souza Santos**, **Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 26/03/2024, às 14:40 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf1.jus.br/autenticidade informando o código verificador **20240456** e o código CRC **7766C803**.